



ACÓRDÃO Nº 1086/2017 – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 1550/2014.

Apenso: Processo nº 6046/2013.

1- Assunto: Prestação de Contas Anual.

2- Responsável: Sra. Ana Maria Medeiros de Souza, Diretora e Ordenadora de Despesas.

3- Órgão: Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus Ana Braga.

4- Exercício: 2013.

5- Advogados: Dr. Maurício Lima Seixas, OAB/AM 7881.

6- Unidade Técnica: DICAD-AM.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6294/2016-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fl.13430/13439).

8- Relator: Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas anuais. Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus Ana Braga. Exercício 2013.

Regular com Ressalvas. Multa. Determinação. Improcedência da Denúncia. Notificação.

8-ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, em conformidade com o voto de desempate proferido pela Sra. Conselheira-Presidente, em substituição, em favor do voto-destaque, proferido na 33ª sessão ordinária do Tribunal Pleno, pelo Exmo. Sr. Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, **em divergência** com o manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas no sentido de:

8.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus – Ana Braga, sob a responsabilidade da Sra. Ana Maria Medeiros de Souza, Diretora Geral da Maternidade Ana Braga, à época, durante o exercício de 2013;

8.2- Aplicar multa à Sra. Ana Maria Medeiros de Souza, Diretora Geral da Maternidade Ana Braga, à época, exercício de 2013, no **valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, os quais devem ser recolhidos à Fazenda Estadual – Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, no prazo de 30 dias;

8.3- Determinar à responsável e/ou à atual gestão da Maternidade Ana Braga que:

- a) Adote medidas para a realização de empenho prévio às despesas geradas, ou para que se abstenha de realizá-las em caso de negativa de permissão da autoridade competente, nos termos do art. 60, §1º, da Lei n.º 4320/1964;
- b) Adote medidas no sentido de realizar adequadamente planejamentos antes da elaboração de atos licitatórios, observando atentamente às disposições contidas na Lei n.º 8.666/1993 – Lei de Licitação;



ACÓRDÃO Nº 1086/2017 – TRIBUNAL PLENO

- c) Dê maior atenção à legislação orientadora da elaboração e execução do orçamento público e demais instrumentos de planejamento, sobretudo a Lei n.º 4.320/1964 e a Lei Complementar n.º 101/2000;
- d) Observe com maior rigor o disposto no art. 67, § 1º, c/c art. 73, I, alíneas “a” e “b”, todos da Lei n.º 8.666/1993, acerca da correta fiscalização dos contratos e emissão de termo de recebimento provisório e definitivo;
- e) Rescinda os contratos de terceirização da atividade fim, de forma paulatina e programada, apresentando perante está Corte um Plano de Ação, nomeando os aprovados em recente concurso público realizado pela SUSAM, de maneira que não haja prejuízos às atividades da maternidade;
- f) Adote as medidas necessárias a buscar junto às empresas faltosas, administrativamente ou por meio de ação regressiva, a recomposição dos valores despendidos à título de juros e multas referentes às obrigações previdenciárias oriundas das execuções contratuais, inclusive das obrigações principais.

8.4- Conhecer e julgar improcedente a Denúncia constante do processo nº 6046/2013, formulada pelo Sr. Maurício Lima Seixas, advogado, em face da Sra. Ana Maria Medeiros de Souza, Diretora-Geral da Maternidade Ana Braga, exercício de 2013;

8.5- Notificar as partes sobre o desfecho atribuído aos autos.

Vencido o Relator quanto à Irregularidade das contas, valor da multa, Alcance e procedência da Denúncia e Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que acompanhou o relator discordando apenas quanto ao valor da multa e encaminhamento de cópias dos autos ao MPE.

9-Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10-Data da Sessão: 14 de novembro de 2017.

11-Especificação do quórum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

11.1-Declaração de Impedimento: Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho (art. 65 do Regimento Interno).

12-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Redator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral.